

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

**ALGUNS REFLEXOS DA CRISE CAPITALISTA EM BELFORD ROXO/RJ:
ANÁLISE A PARTIR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Por:

Ana Caroline dos Santos Gimenes Machado

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Sindely C. de Avellar Alchorne



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Ana Caroline dos Santos Gimenes Machado

**Alguns reflexos da crise capitalista em Belford Roxo/RJ:
análise a partir da assistência social.**

Artigo Científico como modalidade para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Assistência Social e Direitos Humanos – PUC Rio, como requisito parcial para o título de Especialista em Assistência Social e Direitos Humanos.

Orientadora Prof^a. Dr^a Sindely C. de Avellar Alchorne

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2017

CCE
COORDENAÇÃO
CENTRAL DE
EXTENSÃO

Alguns reflexos da crise capitalista em Belford Roxo/RJ: análise a partir da Assistência Social.

Ana Caroline dos Santos Gimenes Machado¹

RESUMO

O presente artigo busca levantar o debate sobre os efeitos da crise capitalista na realidade social da área de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social Nossa Senhora da Conceição no município de Belford Roxo/RJ, considerando algumas de suas respostas às expressões da questão social neste equipamento. Assim, serão observadas as metamorfoses na estrutura produtiva e no mercado de trabalho, que vem afetando intimamente a classe trabalhadora, e refletindo, por conseguinte, nas práticas sociais que incidem no processo de reprodução material da força de trabalho, onde se insere a experiência profissional dos assistentes sociais na política de Assistência Social.

Palavras chave: Assistência Social – Belford Roxo/RJ – Classe Trabalhadora.

ABSTRACT

This article seeks to raise the debate about the effects of the capitalist crisis on the social reality of the area of reference of the Social Assistance Reference Center Nossa Senhora da Conceição in the city of Belford Roxo / RJ, considering some of its responses to the expressions of the social question in this area equipment. Thus, the metamorphoses in the productive structure and in the labor market, which has been affecting the working class closely, will be observed, reflecting, therefore, the social practices that affect the process of material reproduction of the labor force, where professional experience is inserted of social workers in Social Assistance policy.

Key words: Social Assistance - Belford Roxo / RJ - Working Class.

INTRODUÇÃO

A análise sumária que aqui se desenvolverá, objetiva suscitar uma reflexão sobre os efeitos da crise capitalista sobre a realidade social da área de abrangência do CRAS Nossa Senhora da Conceição no município de Belford Roxo, buscando desvelar as respostas dadas pela Assistência Social às expressões da questão social neste equipamento, fomentada mediante a atual crise brasileira, que é um reflexo das crises cíclicas do capital,

¹ Assistente Social Graduada pela Universidade Federal Fluminense; técnica de referência no Centro de Referência de Assistência Social no município de Belford Roxo – RJ. - anacaroline.gimenes.m@gmail.com

sobre aqueles que estavam dentro do circuito de produção, e agora, encontram-se desempregados, e sem perspectiva de retornar ao mercado de trabalho.

Vive-se na atual conjuntura neoliberal, um momento de desmonte de direitos conquistados, fragilização das relações trabalhistas, rebaixamento salarial, desemprego estrutural entre outras particularidades próprias da reestruturação produtiva, as quais vêm incidindo sobre o trabalhador, lançando-o para fora do circuito de produção, e conseqüentemente, agravando a situação de pobreza. Deste modo, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais, conforme Antunes (2011).

Desponta-se assim, cada vez mais o acirramento das expressões da questão social, refletindo, por conseguinte, nas práticas sociais que incidem no processo de reprodução material da força de trabalho, onde se insere a experiência profissional dos assistentes sociais. Porém, muitas das respostas dadas (e omitidas) a essas expressões podem corroborar com o sistema capitalista em detrimento de um compromisso profissional, à medida que podem ferir princípios contidos no nosso Código de Ética Profissional que versam sobre a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 1993). Essas novas demandas geradas para o Serviço Social, dentre outras profissões, necessitam ser analisadas para desvelar se de fato correspondem as reais necessidades da classe trabalhadora, pois, podem estar somente reforçando a ordem do sistema capitalista, atuando sobre o controle social dos modos de vida da população.

Ruiz (2013) aponta que “negar à população acesso a necessidades legítimas por não estarem previstas legalmente” (p. 37), denota violação de direitos por omissão. O autor indica que mediante as contradições e violações que sofremos em nossos espaços ocupacionais de trabalho, o desafio se apresenta em optarmos por uma prática profissional que faz realmente uso da autonomia relativa frente aos interesses das instituições.

Neste sentido, faz-se necessário enxergar a totalidade da situação apresentada nas demandas profissionais, com um posicionamento crítico, instituir conexões com as determinações históricas e estruturais, pesquisando a realidade, pensando coletivamente as intervenções e questionando o direcionamento político empregado na atuação profissional. Quando se desconhece o objeto de intervenção e não se reflete sobre qual dimensão ético-política se está atuando, pode ser facilmente absorvido pela lógica institucional, engendrada na lógica capitalista.

A política de assistência social, concebida como política pública, dever do Estado, com a finalidade de ampliação dos direitos sociais por meio da Constituição Federal de 1988, também é uma resposta do Estado capitalista resultante da correlação de forças entre *classes sociais fundamentais* e Estado, e materializa-se no trabalho do assistente social², dentre outros profissionais, na ação concreta que se realiza no espaço ocupacional.

O trabalho coletivo desenvolvido pela equipe técnica em um CRAS consiste em atuar com algumas proteções e desproteções no campo da proteção social básica, buscando garantir direitos sociais. Intervir nas vulnerabilidades significa minorar as fragilidades e fortalecer as potencialidades, mas quase sempre não se consegue alcançar esse pressuposto. Alguns limites e desafios engendrados pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo propõem-se no cotidiano profissional, obstaculizando a consolidação dos direitos de cidadania assegurados pela Política de Assistência Social.

Desse modo, o artigo irá apresentar num primeiro momento algumas considerações sobre a perspectiva histórica da proteção social no Brasil, uma vez que esse, inicialmente, possuiu um sistema de proteção social que consentia o desamparo à boa parte de sua população, tendo em vista que a proteção era somente para aqueles que possuíam vínculo formal de trabalho. No período que compreende a ditadura militar, dos anos de 1964 a 1985, a assistência social estava baseada no padrão filantrópico e benemerente, com ações voluntárias, gratuitas, beneficentes e assistencialistas, desenvolvidas por altruísmo, responsabilidade social, solidariedade, fraternidade e amor ao próximo.

Os avanços auferidos pela política de Assistência Social brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 são notórios. O Estado brasileiro adota uma nova orientação em suas ações, por meio de um conjunto de políticas públicas voltadas à proteção do cidadão. A assistência social se configura em uma política de proteção social articulada a outras políticas sociais que se propõem à promoção dos direitos de cidadania, ou seja, um campo em que se estabelecem os direitos sociais com centralidade e responsabilidade estatal. A aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, a deliberação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003, o qual tem sua implementação em 2005 com a NOB/SUAS e a instalação de CRAS nos municípios foram outros avanços da política.

² Atuo, como assistente social, no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) localizado no município de Belford Roxo, desde janeiro de 2013, exercendo a função de técnico de referência. O técnico de referência faz parte da Equipe de Referência do CRAS, a qual é constituída por servidores públicos efetivos, "responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF" (BRASIL, p. 61, 2009).

Nesse contexto, espera-se que a política de proteção social esteja articulada a outras políticas sociais que se aplicam à promoção dos direitos de cidadania, onde se consolidam os direitos sociais com plena responsabilidade do Estado. Entretanto, a realidade por inúmeras vezes nega esse discurso, à medida que não há direito social sem a garantia do Estado. O crescimento econômico do país nos últimos anos, não provocou geração de emprego ou renda em níveis satisfatórios. Ao contrário, é dessa engrenagem que despontaram múltiplas expressões da questão social. Santos (2012) aponta que “o desenvolvimento tecnológico se torna determinante para o desemprego, portanto, em face de sua utilização no interior das leis de reprodução do capitalismo onde a produção de respostas às necessidades humanas está inteiramente subordinada ao processo de valorização do capital”.

Existe um enorme fosso entre a instituição dos direitos e sua real implementação, pois sua existência legal não assegura plenamente sua materialização. A retórica é de equidade, mas a realidade se mantém permeada pela desigualdade. As políticas sociais têm sido desenvolvidas para amenizar os problemas causados pelo modelo econômico vigente, mas não tratam o problema em sua estrutura. A precariedade das políticas públicas sociais e a dificuldade de se implantar políticas socioassistenciais efetivas corroboram para o recrudescimento das expressões da questão social.

Cumprе esclarecer que, para a construção deste artigo, utilizou-se pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, analisando os registros e informações contidas no CRAS Nossa Senhora da Conceição. Realizou-se coleta de dados sobre a demanda por inserção no Cadastro Único para os programas sociais, através de pesquisa *in loco* no CRAS supracitado no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2016, com o intuito de recebimento do benefício dos Programas de Transferência de Renda, lançando mão do estudo das teorias relacionadas à temática do artigo, com vistas a construir o referencial teórico para analisar os efeitos da crise capitalista.

1. BREVE HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Um longo caminho se percorreu até o que conhecemos hoje como políticas sociais. Segundo Behring e Boschetti (2006), torna-se muito complexo indicar com precisão o nascimento das primeiras iniciativas caracterizadas como políticas sociais. Entretanto, de acordo com as autoras, sua generalização ocorreu a partir da mudança do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, no período posterior à Segunda Guerra

Mundial, e identificam que iniciativas pontuais de natureza assistenciais, juntamente com a caridade privada e ações filantrópicas se configuram nas primeiras protoformas de políticas sociais.

Conforme Jacoud (2009, p. 58), “as sociedades vinham garantindo a proteção social de seus membros por meio de solidariedades tradicionais de base familiar ou comunitária”. A autora esclarece que a proteção social brasileira se desdobrou por meio do seguro social, suprimindo, por um tempo, os grupos sociais não inseridos no mercado de trabalho formal.

A origem das políticas sociais no Brasil não se deu no mesmo período histórico dos países de capitalismo central, principalmente devido à escravidão. O estabelecimento dos direitos sociais no Brasil deriva da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 79). A partir da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro adota uma nova orientação em suas ações, por meio de um conjunto de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pobreza e da violação de direitos, e, para proteger o cidadão.

Medeiros (2001) afirma que a descentralização das políticas, a articulação entre “os diversos programas e a parceria entre governo e movimentos sociais foram inovações que permitiram redução das práticas clientelistas, distanciamento das políticas assistenciais e continuidade dos programas” (p.18). A construção da Política de Assistência Social brasileira, a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, que foi alterada pela Lei 12.435/2011, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, e o processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 foram conquistas importantes. Com a implantação do SUAS em nível nacional, antigas práticas de intervenção e gestão da assistência social passaram a ser substituídas por ações que fortalecem os princípios de defesa dos direitos e superação da miséria e pobreza.

Entretanto, Sposati (2009) afirma que “ter um modelo brasileiro de proteção social não significa que ele já exista ou esteja pronto, mas que é uma construção que exige muito esforço de mudanças” (p.17). Pode-se perceber um distanciamento entre a instituição dos direitos e sua implementação plena, pois a existência dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988, não assegura plenamente sua concretização. Segundo Telles (2006) existe uma “brutal defasagem entre os princípios igualitários da lei e a realidade das desigualdades e exclusões” (p.174).

A assistência social se configura em uma política de proteção social articulada a outras políticas sociais que se propõem à promoção dos direitos de cidadania, ou seja, um

campo em que se estabelecem os direitos sociais com responsabilidade estatal. O Estado amplia suas funções e não atua apenas através de seu poder coercitivo, e sim também de forma consensual, intervindo em determinadas disfunções com o intuito de manter a ordem. Para Pereira (2008), apesar do Estado “ser dotado de poder coercitivo e estar predominantemente a serviço das classes dominantes, pode também realizar ações protetoras, visando às classes subalternas, desde que pressionado para tanto, e no interesse de sua dominação” (p. 146).

Behring e Boschetti (2006) advertem que “é preciso entender que os direitos no capitalismo são capazes de reduzir desigualdades, mas não são e não foram até aqui capazes de acabar com a estrutura de classes”, uma vez que as desigualdades sociais são inerentes ao modo de produção capitalista. Desta forma, faz-se necessário se apropriar da luta política pela efetivação da cidadania como estratégia de enfrentamento do desmonte dos direitos sociais, com vistas a alcançar o objetivo de uma ação profissional adequada a cada situação em seu cotidiano, alicerçada no compromisso com a população usuária.

2. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

O cenário atual de crise que afeta a economia mundial é de uma crise estrutural, ou seja, o sistema está comprometido em seus fundamentos. As crises econômicas são intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo, e expressivas transformações sofridas na esfera da produção, desde os finais dos anos de 1970 vêm afetando fortemente a classe trabalhadora e seu movimento sindical. Isso se intensifica em países com história de profunda desigualdade social como o Brasil.

Por meio do advento do neoliberalismo, o capitalismo contemporâneo acentuou sua lógica destrutiva, pois, podem-se perceber mudanças substantivas na gestão e organização do trabalho. Dentro deste contexto de reestruturação produtiva, as relações trabalhistas se tornaram mais fragilizadas, muitos dos direitos conquistados foram desregulamentados, houve ampla retração do Estado de suas responsabilidades, aumento do desemprego, e com isso, acirramento da pobreza.

Com os avanços tecnológicos e a troca cada vez mais crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, das pessoas pelas máquinas, muitas atividades laborativas se tornaram dispensáveis ou até mesmo, inexistentes, o que vem conduzindo um contingente expressivo de trabalhadores ao desemprego. Muitos profissionais não conseguem mais se inserir no mercado de trabalho formal, pois o trabalho que antes executavam, agora é

realizado por maquinários que o substituem, em menor tempo, com maior produtividade, não sendo assim, mais assimiláveis por este processo.

De acordo com Antunes (2011), entre as mudanças ocorridas no interior do processo de trabalho, houve uma *desproletarização* do trabalho industrial e fabril. Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução da classe operária industrial tradicional, concomitantemente, há uma significativa expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, somado à heterogeneização do trabalho, com a incorporação do contingente feminino no mundo operário. Antunes (2004) afirma que esta ampliação do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento contrário quando se discute da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos por homens, o mesmo sucedendo em relação aos direitos sociais e do trabalho, que são do mesmo modo desiguais.

Outra característica das metamorfoses do mundo trabalho se expressa na *subproletarização*, manifesto na difusão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”. Porém, para o autor, “o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global” (ANTUNES, 2011). Neste sentido, o desemprego cresce expressivamente, deixando muitos daqueles que pertencem à *classe-que-vive-do-trabalho* sem possibilidades de obter recursos para sua subsistência, excluindo-os do processo de produção.

Druck (2013) propõe que há uma nova precarização social do trabalho no Brasil, e afirma que a precarização do trabalho faz parte da realidade brasileira desde a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, porém nos dias atuais, essa problemática assume novos contornos. “É nova porque foi reconfigurada e ampliada, levando a uma regressão social em todas as suas dimensões” (DRUCK, 2013, p. 61). Conforme a autora, podem-se elencar como expressões dessa precarização social do trabalho: informalidade na inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, aumento no ritmo e intensificação do trabalho, autonomia controlada, rotatividade, fragilidade na segurança e saúde do trabalhador, subcontratações, terceirizações, descartabilidade das pessoas, fragilização política dos trabalhadores, entre outras.

Para além disso, Druck (2013) reflete ainda sobre a correlação entre o desemprego e a informalidade, à medida em que existe uma categoria de trabalhadores desempregados ocultos pelo trabalho precário, visto que apesar de exercerem atividades informais, parte

deles permanecem buscando emprego. Uma matéria, publicada no portal G1.com³, no final do mês de setembro de 2016, divulgou que a taxa de desemprego no Brasil, ficou em 11,8%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual informou que o número de desocupados chegou a 12 milhões no país. De acordo com a pesquisa, é a maior da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad, que teve início no primeiro trimestre de 2012.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, feita pelo IBGE, divulgada em uma matéria da página eletrônica do jornal *O Dia*⁴ em abril de 2016, o número de desocupação no estado do Rio de Janeiro atingiu 5,2%. Na Baixada Fluminense, o desemprego atingiu a marca de 11,1%, o que corresponde cerca de 195 mil pessoas. No total, 629.508 pessoas trabalham informalmente na Baixada, representando uma taxa de 41% da população em idade ativa.

Outro fator que vem corroborando para o desemprego, conforme Santos (2012) são as privatizações e as diretrizes de “enxugamento da máquina estatal”, as quais possuem papel preponderante “na amplificação dos índices de desemprego, em vista da redução de postos de trabalho no funcionalismo público e da ausência de novas contratações” (p.215). No município de Belford Roxo, no início deste ano de 2017, distintos postos de trabalho dos servidores públicos comissionados e contratados foram esvaziados, pois devido à mudança da gestão municipal e a uma cultura política partidária de longa data, diversas pessoas foram exoneradas dos cargos que ocupavam.

Existem muitos munícipes que são usuários do benefício do Programa Bolsa Família porque são muitos os que dependem imprescindivelmente desse benefício de transferência de renda, pois os rendimentos que possuem não são suficientes para suprir suas necessidades mais básicas. Contudo, isso evidencia que esta situação é fruto da enorme desigualdade social existente não só no município de Belford Roxo, mas também, em nosso país.

3. UMA ANÁLISE DO CADASTRO ÚNICO NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) foi criado em 2001 com o intuito de identificar as famílias de baixa renda e manter suas

³Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/desemprego-fica-em-118-no-trimestre-encerrado-em-agosto.html>, acessado em 27/12/2016.

⁴ Disponível em <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/odiabaixada/2016-04-30/indice-de-desemprego-da-baixada-ja-passa-dos-11.html>, acessado em 15/01/2017.

informações atualizadas. Essas informações contribuem para escolha dos beneficiários de diferentes programas sociais do governo. Em 2007, o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 do Cadastro Único definiu com mais lucidez os objetivos, os processos, os instrumentos, a operacionalização e as competências dos entes federados.

As observações nos atendimentos sociais realizados no Centro de Referência de Assistência Social Nossa Senhora da Conceição, no município de Belford Roxo, suscitaram o interesse em pesquisar sobre o quantitativo de pessoas que buscam sua inserção no Cadastro Único para ter acesso aos Programas Sociais. A crise que vem afetando o país, tem se espalhado também pelo município belford-roxense. Com isso, algumas alterações podem ser percebidas no cotidiano institucional.

A procura por serviços sociais tem se dado a despeito da dificuldade de novas famílias conseguirem receber benefícios dos programas de transferência de renda, uma vez que diversos benefícios vêm sendo bloqueados, reduzidos e cortados. Em novembro de 2016 recebemos no CRAS a publicação da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC referente às orientações para a Instrução Operacional⁵ sobre o cruzamento de bases administrativas do governo federal. Por meio dessa operação os benefícios de muitas famílias foram bloqueados e de outras foram imediatamente cancelados, devido à renda familiar ultrapassar o valor estipulado para recebimento do benefício.

Essas ações conhecidas como “pente fino” são realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Paralelamente, o Ministério Público Federal (MPF) realiza a operação “Raio-X⁶”, com o intuito de combater fraudes no Programa Bolsa Família. De acordo com a listagem divulgada pelo MDSA em novembro de 2016, só no município de Belford Roxo foram 2.072 bloqueios e 1.903 cancelamentos de benefícios do Programa Bolsa Família, sendo um dos municípios do estado do Rio de Janeiro com maior quantitativo.

Neste sentido, Camargo, Currello, Lício e Mostafa (2014), relatam que “as famílias tendem a buscar o cadastramento justamente nos períodos em que enfrentam maiores dificuldades socioeconômicas” (p.162). Muitas dessas famílias chegam ao CRAS para informar que sua renda familiar foi reduzida, tendo em vista o desemprego de um dos membros da família, ou de todos. Sendo assim, vislumbram no recebimento do benefício, uma solução para suas necessidades emergenciais. Contudo, mesmo que consigam auferir

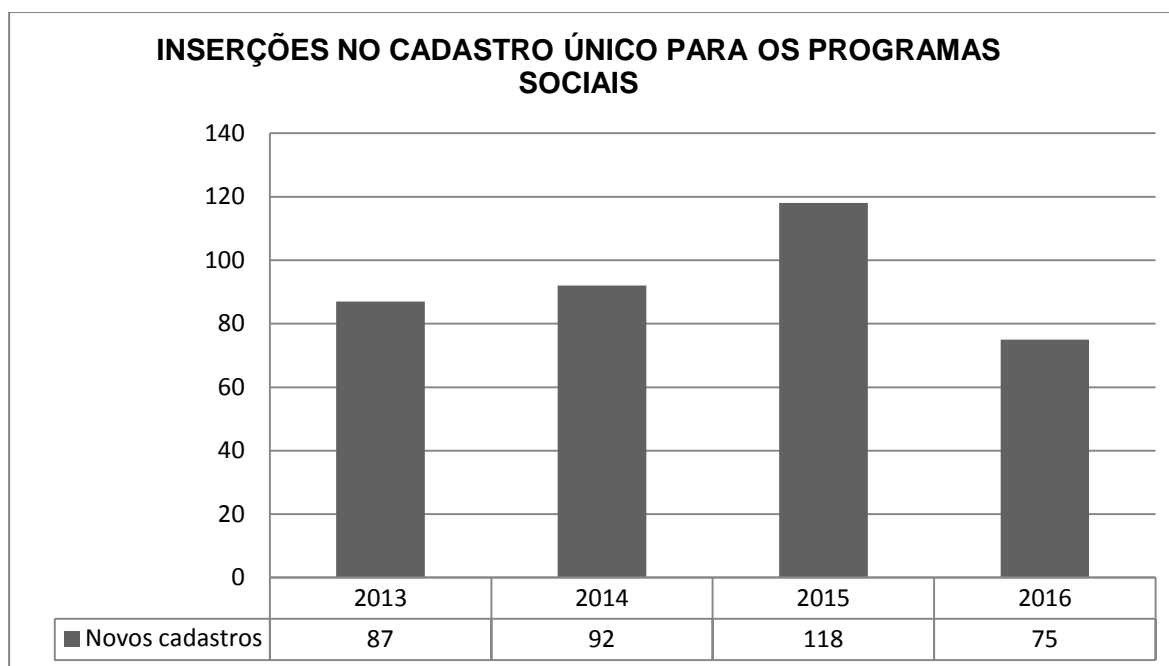
⁵ Informe nº 532 para as gestões municipais do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

⁶ Divulgado pela Coordenação Estadual por meio do Comunicado Operacional nº 57/08/2016.

o benefício, este não será suficiente para o suprimento de suas demandas, uma vez que possui um valor nitidamente irrisório.

De acordo com os registros de fevereiro de 2016 do Cadastro Único, o boletim do Plano Brasil Sem Miséria⁷ divulgou que no município de Belford Roxo existem 68.051 famílias registradas no Cadastro Único. O número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família chega a 42.232, o que representa, conforme o boletim, cerca de 26,15% da população do município, que possui mais de 481.127 habitantes. O boletim apresenta também, que de junho de 2011 a janeiro de 2016, foram inseridas no Cadastro Único e incluídas no Programa Bolsa Família 7.959 famílias em situação considerada de extrema pobreza. Contudo, o alcance da inserção no Cadastro Único no município ainda se mostra ínfima em relação às estimativas oficiais.

Para a construção deste artigo, foi realizada uma pesquisa através de análise dos dados disponíveis nos Relatórios Mensais do CRAS Nossa Senhora da Conceição sobre o quantitativo de usuários que buscaram o equipamento com o intuito de realizar sua inclusão cadastral no CadÚnico, para obtenção do benefício do Programa Bolsa Família, no período dos anos de 2013 a 2016, conforme o gráfico abaixo.



De acordo com os dados coletados de janeiro de 2013 a dezembro de 2016 no Centro de Referência de Assistência Social Nossa Senhora da Conceição, houve de 2013 para 2014, um aumento de 5,74% no número de usuários que buscaram o CRAS com a

⁷ Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios>, acessado em 04/01/2017.

finalidade de realizar a inclusão no cadastro único para os programas sociais. Já de 2014 para 2015, o aumento foi de 28,26%. Entretanto, no ano de 2016 a queda foi de 36,04% em relação ao ano de 2015. A pesquisa mostrou que a atual crise resultou inicialmente, no ano de 2015 num aumento da procura por programas sociais, e numa redução desse quantitativo no ano seguinte.

Esse fato pode indicar alguns pressupostos que aqui não serão desenvolvidos com a atenção necessária devido às sucintas análises que o artigo nos condiciona. Entretanto, merecem à *pòstèrióri* estudos mais aprofundados para o real desvelamento das reflexões levantadas. Entre as possibilidades de explicação para a diminuição do quantitativo de inclusões cadastrais do ano de 2015 para o ano de 2016, pode-se atribuir inicialmente, às intermitentes falhas ocorridas no ano de 2016 na rede de computadores do CRAS, prejudicando o acesso ao sistema informatizado de coleta de dados do Cadastro Único. Por diversas vezes solicitamos aos usuários o retorno ao equipamento para a realização de inclusões e atualizações cadastrais em razão do não funcionamento da internet no CRAS.

Para além disso, a crise que vem afetando a economia brasileira nos três últimos anos⁸ provocou mudanças expressivas na realidade de boa parte da população. O crescimento abrupto do desemprego resultou em uma significativa alteração da distribuição de renda no país. A taxa de desemprego passou de 6,9% em 2014 para 8,5% em 2015, superando a marca de 10 milhões de pessoas, conforme os dados divulgados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em uma matéria do G1.com⁹. Nesse período, houve uma redução das desigualdades de maneira negativa, pois todas as classes ficaram mais empobrecidas. Esse fato pode ser atribuído à deterioração do emprego formal e o industrial, conforme o IBGE¹⁰. A pesquisa mostrou ainda que, quando se divide a população em décimos de renda, observa-se que 10% dos mais pobres tiveram a maior perda, evidenciando um acirramento da pobreza.

De acordo com os cálculos do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA), a inflação oficial do país fechou em 10,67 no ano de 2015. O que representou um custo de vida ainda mais caro para os brasileiros. O aumento do preço de alimentos, bebidas, energia elétrica e combustível representou uma “concentração forte nas contas que as pessoas

⁸ Segundo o Comitê de Datação de Ciclos da FGV a recessão começou no segundo trimestre de 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Carol/Documents/Downloads/Comite%20de%20Datacao%20de%20Ciclos%20Economicos%20-%20Comunicado%20de%204.8.2015.pdf>, acessado em 16/01/2017.

⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/taxa-media-de-desemprego-ficou-em-85-em-2015-diz-ibge.html>, acessado em 16/01/2017.

¹⁰ Matéria divulgada na página eletrônica da Folha Uol, publicada em 25/11/2016. Disponível em: <http://www.1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1835437-desigualdade-cai-no-brasil-com-todas-as-classes-sociais-ficando-mais-pobre.shtml>, acessado em 16/01/2017.

pagam”, conforme uma matéria divulgada no G1.com¹¹. Neste sentido, percebe-se que a parte da população mais atingida pela crise num primeiro momento foi aquela economicamente empobrecida. Depreende-se então, que em 2015 essa população buscou na assistência social benefícios para complementação da renda familiar, a qual foi corroída pela inflação e desemprego.

Tendo em vista que os Programas Sociais veem mantendo o foco naqueles que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza, podemos inferir também, que, a população dos setores que possuíam um poder aquisitivo maior, e que devido à crise perderam seus espaços no mercado de trabalho, não está ainda fazendo uso da política de Assistência Social, seja por desconhecimento de que esta se encontra disponível a quem dela necessitar, seja por percebê-la como focalizada nos mais desfavorecidos, e não se reconhecerem como tal. Contudo, poder-se-ia indicar que, o perfil dos beneficiários dos programas de transferência de renda tende a sofrer alteração, em face da crise atual, uma vez que o desemprego ainda se faz presente no país, e a estratificação de classes vem se metamorfoseando.

O Brasil tem focado em programas de transferência monetária como Bolsa Família, que são importantes para alcançar grupos que necessitam de alívio imediato da situação de extrema pobreza. Porém, o estudo aprofundado da realidade socioeconômica da população brasileira empobrecida denota que existem questões para além da ausência de renda, como as questões de gênero, raciais, educacionais entre outras. Essas problemáticas demandam ações afirmativas, que tentariam erradicar (ou atenuar) os efeitos das desigualdades não através do aspecto econômico, e sim, estariam comprometidas em descortinar profundamente a raiz da questão social que produz a desigualdade.

Os programas de transferência de renda não materializam por si só direitos sociais. O programa Bolsa Família não pode ser isolado, precisa estar articulado a outras políticas públicas disponibilizadas com qualidade. Ainda assim, as políticas sociais não são capazes de eliminar as expressões da questão social devido à luta de classes presente no sistema econômico vigente. A questão social é fragmentada e as políticas sociais são construídas para se voltarem a essas problemáticas específicas e não à sua totalidade, instituindo conexões com as determinações históricas e estruturais, observando a realidade. Não se pode enfrentar a pobreza (multidimensional) sem levar em conta suas causas, suas origens.

¹¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/inflacao-oficial-fica-em1067-em-2015.html>, acessado em 16/01/2017.

4. LIMITES E DESAFIOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A criação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) possibilitou a descentralização do atendimento integral às famílias e ampliou o acesso dos usuários aos serviços socioassistenciais. Os serviços prestados nos CRAS foram implantados com o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), em 2004, de âmbito nacional, com um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços de assistência social, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e acompanhamento sócio familiar.

O CRAS destina-se à oferta e à articulação dos serviços socioassistenciais no território, por se caracterizar como a unidade do SUAS que se localiza próximo às áreas com maiores índices de situações de vulnerabilidade e risco social, buscando assegurar proteção social básica às famílias. O CRAS Nossa Senhora da Conceição situado no município de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, possui uma equipe técnica composta de três assistentes sociais, um psicólogo e um pedagogo, e tem o quantitativo de mais de 2.000 usuários, distribuídos em nove bairros do município. Oferta os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 07 a 14 anos, jovens de 15 a 17 anos e idosos, além de ter um Grupo de Convivência para mulheres.

O trabalho de um Assistente Social dentro de um CRAS é perpassado por atividades rotineiras e extremamente burocráticas de registro de atendimentos, elaboração de relatórios, visitas domiciliares, reuniões, entre outras. Dessa forma, o tempo para reflexão sobre o cotidiano e a prática profissional é reduzido, incidindo diretamente no olhar crítico da práxis, induzindo o profissional a ser um mero executor de múltiplas tarefas. Além do preenchimento de fichas cadastrais, registros em livro de ocorrências e no sistema informatizado, instrumentos como o Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal, tendem a limitar a atuação e a autonomia (relativa) profissional, uma vez que esses programas são ofertados através de critérios de elegibilidade para concessão de benefícios e cerceamento da oferta de serviços.

As demandas geradas a partir da crise capitalista para a política de Assistência Social necessitam ser analisadas para desvelar se de fato as respostas ofertadas correspondem as reais necessidades da classe trabalhadora, pois, podem estar somente reforçando a ordem do sistema capitalista, atuando sobre o controle social dos modos de vida da população. Segundo Raichelis (2010),

Trata-se, pois, de demandas profissionais que desafiam os assistentes sociais a formular mediações teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva da competência crítica diante das exigências burocráticas e administrativas que lhe são requeridas, de modo a não sucumbir ao *discurso competente* (Chauí, 1989) autorizado e requisitado pelas instâncias burocráticas das instituições empregadoras (p. 753).

Como exemplo, vale salientar quando o profissional é compelido a “selecionar aqueles que têm ou não direito de participar dos programas propostos, discriminando, entre os elegíveis, os mais necessitados” (IAMAMOTO, CARVALHO, 1996, p.114). Nesse sentido, o sujeito que é capaz de comprovar que seu infortúnio é grande o suficiente para fazer jus ao auxílio do Estado, por meio de sua inserção em um programa ou concessão de um benefício, possui o que Telles (2006, p. 95) chama de “mérito da necessidade”, referindo-se a uma expressão utilizada por Sposati para caracterizar a figura do necessitado.

Por vezes o profissional é levado a exercer a função coercitiva do Estado à medida que este os atribui a função de “fiscalizador da pobreza” (IAMAMOTO, CARVALHO, 1996) da população usuária, a fim de selecionar aqueles que estão dentro dos padrões de pobreza para receberem um benefício assistencial, acompanhando as condicionalidades dos programas sociais, como quando se faz uma convocação para realizar uma visita domiciliar com o intuito de verificar a renda e/ou composição familiar. No que tange essa problemática, o profissional deve se posicionar para pleitear a concessão do benefício não pela renda, e sim pela necessidade da segurança a ser alcançada, pois assim, defende-se uma proteção social baseada em direitos e não vinculada à miséria.

O nosso Projeto Ético Político, hegemônico em nossa categoria profissional, nos dá um direcionamento para nossa atuação. Porém não somos seres homogêneos. Minha força de trabalho é capaz de se metamorfosear de acordo com os insumos que aufero. Somos sujeitos em constituição, participantes de processos contraditórios que nos alteram permanentemente. Vivenciamos distintas experiências em nossos espaços ocupacionais, com relações de trabalho, muitas vezes precarizadas que tendem a obscurecer a criticidade da nossa dimensão ético- política do fazer profissional.

O exercício do distanciamento da visão romântica, idealizada da profissão não é fácil, pois requer um comprometimento contínuo e dinâmico, a fim de empreender uma prática realmente alinhada com os interesses coletivos da população usuária. Imbuídos de nossos ideais profissionais, tendemos a acreditar que nossa ação profissional, que nossas alternativas individuais consigam por si só, assegurar direitos e emancipar sujeitos. Contudo esse trabalho não pode ser construído isolado, alheio aos demais saberes profissionais,

antes necessita de uma ação coletiva para alcançar melhores alternativas para as demandas apresentadas.

Investigação, intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica não devem ser percebidas como dimensões desconectadas. Os espaços de debate sobre a prática profissional à luz de uma reflexão teórica possibilitam o surgimento de inquietações, reflexões e problematizações necessárias para uma atuação profissional mais consciente e consistente. Santos (2012) aponta que a pesquisa “devidamente informada numa perspectiva ético-política e teórico-metodológica, é um instrumento essencial” (p. 248).

Segundo Costa (2000), a atuação do assistente social, assim como outros profissionais, está subjugada a um conjunto de determinações sociais e circunstâncias históricas próprias do trabalho na sociedade capitalista, que, entre outras implicações, fragmentam seu trabalho prejudicando sua visão na organização de suas atividades. Almeida (1997) afirma que:

O Serviço Social ao passo que foi capaz de forjar certas rotinas e procedimentos de registro de suas atividades prático-interventivas não conseguiu, porém, imprimir aos mesmos a marca de um esforço de sistematização, quer da realidade social como das respostas profissionais formuladas que determinam a sua atividade profissional, o seu trabalho em sentido amplo (p. 2).

A ausência da realização de uma sistematização da prática implica numa carência da reflexão sobre o fazer profissional. Quando não se lança os olhos sobre sua prática, corre-se o risco de cair nas armadilhas de acreditar que o conhecimento imediato é essência de conhecimento (teoria), não sendo possível, assim, realizar a articulação entre teoria e prática, pois é no momento da sistematização que se realiza a escolha dos aportes teóricos que serão utilizados, da delimitação das estratégias de ação, identificando o objeto da intervenção profissional.

De acordo com Guerra (2000), o processo de trabalho, enquanto um conjunto de atividades prático-reflexivas necessita de instrumentos para alcançar sua finalidade proposta. A instrumentalidade no Serviço Social refere-se a “uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico” (GUERRA, 2000). É através dessa instrumentalidade que os assistentes sociais constroem os objetivos de sua atuação no cotidiano profissional. Existe intencionalidade no uso dos instrumentos. A autora expõe que as políticas sociais se estabelecem numa combinação de procedimentos técnico-operativos com a finalidade de formularem e/ou

implementarem as políticas, através de seus elementos instrumentais. Raichelis (2010) aponta que:

As políticas sociais, como mediação fundamental da ação do Estado, viabilizam uma intervenção continuada e estratégica sobre as sequelas da questão social, levando o aparelho estatal a desenvolver simultaneamente funções econômicas, políticas e sociais, administrando as contradições e buscando um sistema de consensos em busca de legitimidade social (p. 754).

Estas sofrem alterações bastante significativas que determinam a adoção de processos políticos e institucionais de gestão que se opõem às diretrizes e princípios legais que as orientam, produzindo um confronto explícito entre um ordenamento de tipo democrático e universalista e aquele de caráter seletivo e mercantil-produtivista. Santos (2012) salienta que as “políticas de assistência não podem substituir políticas de emprego ou mesmo de seguridade social, assim como não podem ter qualquer impacto significativo descoladas das causalidades macroeconômicas que reproduzem os elevados patamares de concentração de renda no Brasil (p. 235).

Sabe-se que o Brasil mergulhou num processo crescente de sucateamento (muitas vezes, intencional) dos serviços públicos, o que tem rebatimentos diretos na ação profissional do assistente social frente às demandas oriundas das expressões da questão social, em decorrência da atual crise política e econômica. Porém, a política de assistência social por si só não é capaz de responder às problemáticas que ultrapassam sua linha de atuação. Assim, cabe ao profissional articular ações e construir estratégias capazes de estimular a interlocução em diferentes redes intersetoriais, o que incidirá no acesso aos direitos de cada sujeito.

Um dos objetivos da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (2013), é o de “desenvolver junto aos trabalhadores da Assistência Social as competências e capacidades específicas e compartilhadas requeridas para a melhoria e qualidade continuada da gestão do SUAS e da oferta e provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais” (p. 27). A busca em dar continuidade à formação acadêmica, através de cursos de extensão, capacitações e aperfeiçoamento, especialização, mestrado, entre outras, versa pela ampliação dos conhecimentos adquiridos, com o intuito de alcançar uma prática profissional mais comprometida com a fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social, pois muitas vezes o profissional se deixa enredar por uma ação imediatista, rotineira, incidindo na função de “tarefeiro”, e deixando de refletir sobre sua prática.

Faz-se necessário compreender a instrumentalidade como mediação, e realizar a travessia das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente, a fim de conceber o serviço social como uma profissão constituída da dimensão técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica, estabelecendo, conforme Guerra (2013) “compromissos político-ideológicos com o usuário, concebido como trabalhador e não como pobre” (p.131). Somente assim, poder-se-á construir estratégias políticas com vistas a alcançar o objetivo de uma ação profissional adequada a cada situação em seu cotidiano, fundamentada no compromisso ético com a classe trabalhadora, rejeitando práticas excludentes, defendendo os direitos humanos, posicionando-se em favor da equidade e justiça social, empenhando-se na eliminação de todas as formas de preconceito com os indivíduos sociais (CFESS, 1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar como tem se desenvolvido alguns efeitos da crise atual na conjuntura do CRAS Nossa Senhora da Conceição no município de Belford Roxo, buscando inferir como as nuances das expressões da questão social têm se refletido nas práticas sociais que incidem no processo de reprodução material da força de trabalho, onde se insere a experiência profissional dos assistentes sociais.

A razão pela qual impulsionou a pesquisa sobre o quantitativo de inclusões no Cadastro Único com a finalidade de obter o benefício de transferência de renda do Programa Bolsa Família consistiu na observação durante os atendimentos sociais de que havia um quantitativo expressivo de munícipes desempregados e que estariam possivelmente buscando na assistência social minorar suas intempéries financeiras.

Todavia, as respostas da pesquisa nem sempre são de acordo com as nossas impressões iniciais. A experiência da pesquisa evidenciou que apesar de ter havido um aumento no número de inclusões cadastrais em 2015, houve também uma queda significativa no ano de 2016. Pode-se atribuir a algumas possibilidades, dentre as quais destacamos a inoperância da internet no equipamento em alguns momentos, o aumento da inflação e desemprego no ano de 2015 ter atingido fortemente as classes mais empobrecidas e ao desconhecimento ou não identificação de outras camadas sociais com os serviços ofertados na assistência social.

Todas essas especulações necessitam de um olhar mais cuidadoso e aprofundado, e algumas inquietações ficarão para pesquisas futuras a respeito desta temática, as quais

poderão analisar se os efeitos da crise capitalista tem se refletido no cotidiano da população em situação de rua no município, se o desemprego desencadeou problemas relacionados à criminalidade, ao sofrimento psíquico e/ou uso abusivo de substâncias entorpecentes.

O contexto de retração financeira, de desresponsabilização do Estado frente às demandas sociais, de desregulamentação de direitos, e de desemprego estrutural se reflete no trabalho dos assistentes sociais. Raichelis (2010) afirma que

O agravamento da *questão social* decorrente do processo de reestruturação produtiva e da adoção da programática neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha — os usuários dos serviços sociais públicos — quanto no mercado de trabalho dos assistentes sociais que, como o conjunto dos trabalhadores, sofrem o impacto das metamorfoses que afetam o trabalho assalariado na contemporaneidade, submetendo a atividade profissional aos *dilemas da alienação* (Iamamoto, 2007 e 2009) (p. 756).

A atuação do assistente social no âmbito da política de assistência social face às questões produzidas na atual conjuntura deve produzir um esforço em empreender uma intervenção profissional que reflète criticamente suas demandas, que pensa em estratégias com a participação da população usuária, que assume o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993), que não se conforma com uma atuação profissional que serve aos ditames institucionais, e sim, que se percebe enquanto classe trabalhadora e luta pelos interesses de sua própria classe. A tarefa é árdua, e quase sempre contraditória, mas “só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentarem a canseira para galgá-los por veredas abruptas” (K.Marx).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social. “Significado da sistematização da prática para o Serviço Social”. Publicado na Revista Em Pauta da Faculdade de Serviço Social da UERJ, nº 10, 1997.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho – 15ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. Biblioteca Básica de Serviço Social, v.2. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 e Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2005.

_____. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. Ed. – Brasília, 2009.

_____. Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social, alterada pela Lei 12.435/2011. Brasília, 2011.

_____. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Relatório Brasil Sem Miséria. SAGI. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios>, acessado em 04/01/2017.

CAMARGO, Camila Fracaro. CURRALERO, Claudia Regina Baddini. LICIO, Elaine Cristina. e MOSTAFA, Joana. Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? In: “Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, 2014.

CFESS. Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social. Brasília, 1993.

CODACE. Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. Publicado em 04/08/2015. Disponível em:

file:///C:/Users/Carol/Documents/Downloads/Comite%20de%20Datacao%20de%20Ciclos%20Economicos%20-%20Comunicado%20de%204_8_2015.pdf, acessado em 16/01/2017.

COSTA, Maria Dalva Horacio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos Assistentes Sociais in; Revista Serviço Social e Sociedade No 62. São Paulo: Cortez, 2000.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (org.). *In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

FOLHA UOL. Desigualdade cai no Brasil com todas as classes ficando mais pobres.

Publicada em 25/11/2016. Disponível em:

<http://www.1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1835437-desigualdade-cai-no-brasil-com-todas-as-classes-sociais-ficando-mais-pobre.shtml>, acessado em 16/01/2017.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. In Projeto ético político profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais/ Conselho Regional de Serviço Social (Org.) – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

G1 Globo.com. Inflação oficial fica em 10,67% em 2015, a maior desde 2002. Publicada em 08/01/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/inflacao-oficial-fica-em1067-em-2015.html>, acessado em 16/01/2017.

_____. Desemprego fica em 11,8% no trimestre encerrado em agosto. Publicado em 30/09/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/desemprego-fica-em-118-no-trimestre-encerrado-em-agosto.html>, acessado em 27/12/2016.

_____. Taxa média de desemprego ficou em 8,5% em 2015, diz IBGE. Publicado em 15/03/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/taxa-media-de-desemprego-ficou-em-85-em-2015-diz-ibge.html>, acessado em 16/01/2017.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-sociológica. 11ª edição. São Paulo: Cortez/CELATS, 1996.

JACOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In: MDS (Org.). Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. UNESCO, 2009.

MEDEIROS, Marcelo. A Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Textos para discussão – IPEA. Rio de Janeiro, 2001.

O DIA. O Dia Baixada. Índice de desemprego da Baixada já passa dos 11%. Publicado em 30/04/2016. Disponível em <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/odiabaixada/2016-04-30/indice-de-desemprego-da-baixada-ja-passa-dos-11.html>, acessado em 15/01/2017.

PEREIRA, P. A. P. Política Social: temas & questões. Cap. IV- Para maior compreensão da política social: concepções básicas de Estado *versus* Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo. In Projeto ético político profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais/ Conselho Regional de Serviço Social (Org.) – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

SANTOS, J. S. “Questão Social”: particularidades do Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MDS (Org.). Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. UNESCO, 2009, p. 13 – 56.

TELLES, V. da S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.